

## PODER

# MP do Pix e investida contra opositores

Governo edita medida provisória que assegura gratuidade nas transações. Aliados do Palácio do Planalto ensaiam reação nas redes e na Justiça contra bolsonaristas

» VICTOR CORREIA  
» ISRAEL MEDEIROS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou a entrega, ontem, da regulamentação da reforma tributária para criticar a onda de notícias falsas sobre o Pix, que provocou uma crise no governo. Foi a primeira vez em que o chefe do Executivo se manifestou diretamente a respeito do tema, um dia após a Receita Federal revogar a normativa que aumentou a fiscalização sobre o sistema de pagamento instantâneo.

“Nós não temos que ter medo de enfrentar mentiras. Nós não temos que ter nenhuma preocupação de enfrentar essas pessoas travestidas de políticos que, na verdade, tentaram dar um golpe no dia 8 de janeiro de 2023”, discursou.

O chefe do Executivo continuou: “Nós não temos que ter medo de enfrentar as mentiras da fake news, e nós não temos que ter medo de fazer o debate, de fazer a disputa, a cada dia e a cada hora. Se a gente perde, o sistema democrático está correndo risco no mundo inteiro, a gente vai voltar à coisa que nós não queremos voltar. Ao nazismo, ao fascismo, à violência e ao desrespeito aos direitos humanos”.

O governo foi alvo de uma onda de desinformação nas redes após a Receita aumentar o escopo de fiscalização do Pix, em medida que passou a valer em 1º de janeiro. Vídeos falsos, replicados, inclusive, por parlamentares, afirmavam que o Executivo havia criado uma taxa sobre o pagamento digital.

Em resposta, o governo publicou ontem uma medida provisória

com garantia de que o Pix não será taxado e que o sistema de pagamento é protegido pelo sigilo bancário. Além disso, o texto classifica como prática abusiva a cobrança por comerciantes de valores mais altos no Pix do que em dinheiro.

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também saiu em defesa do governo federal — ele é cotado para assumir um ministério quando deixar o comando do Parlamento, em fevereiro.

“Enquanto alguns se ocupam de plantar desinformação, de plantar mentiras, ter a adesão ao discurso fácil de engajamento nas redes sociais, há muitas pessoas neste país trabalhando realmente para que o país resolva seus problemas”, rebateu o senador.

## Reação tardia

Depois do recuo do governo, aliados de Lula e a militância de esquerda começaram, com atraso, a se mobilizar no ambiente digital para rebater as mentiras sobre uma suposta taxa do Pix.

Apoiadores do governo resgataram um vídeo de 2020, do então ministro da Economia, Paulo Guedes, dizendo que o Executivo federal estudava uma forma de taxar transações digitais. À época, Guedes falava sobre a possibilidade de retorno da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

“A ideia de tributar não só consumo e renda, mas também transações, era uma ideia que nós consideramos desde o início, nunca foi a CPMF (...) Você nem vai passar mais em banco, você vai pegar o seu celular, encontrar no do outro



**Não temos que ter nenhuma preocupação de enfrentar essas pessoas travestidas de políticos que tentaram dar um golpe no dia 8 de janeiro de 2023”**

**Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República**

cara e transferir dinheiro de um para o outro. Então, como é que você vai tributar essa transação? Tem que ter imposto que tribute transação digital”, disse o então ministro. O vídeo foi gravado na mesma época em que o Pix foi lançado.

As falas foram compartilhadas pelo perfil oficial do PT e replicadas por deputados e senadores filiados à sigla. Outros perfis alinhados com o governo também tentaram viralizar o conteúdo, como foi o caso do deputado federal André Janones (Avante-MG), que atuou na linha de frente da militância nas redes sociais durante a campanha de Lula em 2022.

Janones publicou um vídeo dizendo que vai pedir a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) contra o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) por

crime contra a economia popular. Nikolas foi um dos principais responsáveis por popularizar, nos últimos dias, a discussão sobre a fiscalização do Pix nas redes sociais.

O delay do governo e de seus aliados em responder às notícias falsas e neutralizá-las irritou o deputado Zeca Dirceu (PT-PR), filho do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. Em uma publicação em seu perfil do X (antigo Twitter), Zeca disse estar com “paciência zero” em relação ao governo.

“Não me venham com ‘Bom dia’, situação é péssima! Acordei tão nervoso que meu café foi diferente; joguei o pó na boca e toquei água quente para dentro, paciência zero, em especial com nosso governo”, disparou — a postagem, por sinal, foi retuitada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que ironizou: “A Amazônia está em chamas!”.

Já o deputado Guilherme Boulos (PSol-SP) protocolou uma notícia-crime contra Nikolas Ferreira na Procuradoria-Geral da República (PGR). No documento, o parlamentar argumenta que o político mineiro “vem divulgando notícias sabidamente falsas e completamente distorcidas sobre a política tributária do governo federal em relação ao pagamento instantâneo brasileiro, o Pix, numa demonstração de flagrante má-fé e possível obtenção de vantagem ilícita”.

O fiasco na comunicação do governo se deu justamente durante o período de transição no comando da Secretaria de Comunicação Social da Presidência. Saiu Paulo Pimenta e entrou Sidônio Palmeira, marquês de Lula.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

Luizazedo.df@dabr.com.br



## Emenda foi pior do que o soneto no caso do Pix

O governo caiu com o barulho da bala na questão da fiscalização do Pix pela Receita Federal, com medo da onda de fake news sobre a falsa cobrança de impostos dos contribuintes nas operações financeiras dessa modalidade. Na verdade, tratava-se de aumentar o controle sobre instituições financeiras, bancos digitais e aplicativos de pagamento, que passariam a ter que informar alguns dados à Receita Federal. O Pix continuaria gratuito.

O objetivo do monitoramento de movimentações globais acima de R\$ 5 mil por mês, no caso de pessoas físicas, e R\$ 15 mil mensais, no caso de pessoas jurídicas, mas sem detalhamento de origem ou destino, era combater a sonegação fiscal. Entretanto, tudo deu errado. A portaria da Receita Federal foi pessimamente divulgada. Ao mesmo tempo em que desagradou setores do mercado financeiro que seriam alcançados pela medida, virou um prato cheio para a produção de memes mentirosos pela oposição.

Um vídeo do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que criticava a medida, viralizou nas redes e politizou o assunto antes mesmo de o governo poder reagir, quando chegou a 275 milhões de visualizações, “Lula arregou”, como logo propagaram os “influenciadores” da oposição. Entretanto, o que pôs o governo no canto do ringue foi a percepção errônea de parte da população de baixa renda, que passou a refugar operações com Pix com medo de pagar mais impostos.

Pressionado nas redes sociais, naquela que estava sendo a primeira crise de imagem do novo ministro da Comunicação, Sidônio Palmeira, o presidente Lula decidiu revogar a portaria. E ainda editar uma medida provisória proibindo que produtos pagos com o Pix tenham preço maior do que o cobrado em espécie, uma maneira de sonegar impostos e explorar o consumidor, que já estava sendo adotada por muitos espertalhões em meio à confusão.

A decisão de Lula, porém, foi uma emenda pior do que o soneto. Consolida a ideia de que o governo realmente pretendia taxar o Pix, favorece a sonegação de impostos e ainda amplia a economia informal. Caso Lula não houvesse recuado, apesar do desgaste inicial, logo as pessoas perceberiam que o Pix continuaria gratuito, desfazendo a boataria. O recuo mostrou também que o governo não consegue sustentar medidas econômicas impopulares, porém necessárias, ainda que em médio e longo prazos viesse a se beneficiar de seus efeitos positivos para a economia. Isso aumenta a crise de confiança na política econômica.

## Reforma tributária

Como em outros momentos, o governo cria fatos que acabam anulando ou ofuscando medidas positivas. A decisão de Lula serviu também para desviar o foco da opinião pública da maior vitória de sua equipe econômica até agora, a primeira lei da reforma tributária aprovada pelo Congresso, que foi sancionada ontem, com alguns vetos do presidente da República.

O projeto estabelece regras para a cobrança dos três novos impostos sobre o consumo, criados pela reforma tributária, que foi promulgada em 2023. Na cerimônia, Lula passou recibo da crise do Pix: “Não temos que ter medo de enfrentar as mentiras das fake news, e não temos que ter medo de fazer um debate, fazer a disputa. Porque se a gente perde, o sistema democrático está correndo um risco no mundo inteiro, e a gente vai voltar — coisa que não estamos querendo voltar —, ao fascismo, ao nazismo, ao desrespeito aos direitos humanos”, disse. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), compareceu à cerimônia e criticou a desinformação e as fake news.

Um dos trechos vetados pelo presidente isentava fundos de investimento e fundos patrimoniais de pagar os impostos unificados a serem implementados pelo novo modelo, porque concedia um benefício fiscal aos fundos, o que não é previsto na Constituição. Esses vetos serão apreciados pelo Congresso, que pode derrubá-los.

Cinco tributos federais, estaduais e municipais — ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins —, com a reforma, serão transformados em dois tipos de imposto: CBS (estadual) e IBS (municipal), que serão os cobrados sobre o consumo e os serviços. O terceiro tributo é chamado de Imposto Seletivo (IS), uma sobre-taxa aplicada para desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

No primeiro ano, não haverá recolhimento dos novos tributos. As notas fiscais indicarão uma alíquota-teste da CBS e do IBS, mas sem cobranças. O regime passará por uma transição gradual a partir de 2026, até começar valer integralmente em 2033. No caso das empresas, segundo a Secretaria Extraordinária para a Reforma Tributária, no próximo ano, será preciso emitir o documento fiscal com o valor da CBS (com alíquota de 0,9%) e do IBS (com alíquota de 0,1%). Contudo, esses tributos não precisarão ser recolhidos em 2026.

O governo precisa aprovar outras normas para regulamentar a reforma tributária. Uma delas é a criação do Comitê Gestor do IBS, da distribuição da receita do IBS entre os estados e municípios e de outras questões relativas apenas aos entes federativos. Mais três projetos ainda precisam ser enviados ao Congresso, sobre as alíquotas do Imposto Seletivo; a regulamentação dos Fundos de Desenvolvimento do Amazonas e da Amazônia Ocidental; e a forma de aporte dos recursos ao Fundo de Desenvolvimento Regional e ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais.

Ricardo Stuckert / PR



Lula discutiu comunicação digital com João Campos: futura integrante da Secom trabalhou nas redes sociais do prefeito do Recife

## Uma “assessoria” de João Campos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu, ontem, com a futura chefe da Secretaria de Estratégia e Redes (Seres) da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Mariah Queiroz. Ela vai substituir Brunna Rosa no cargo.

Mariah foi apresentada a Lula pelo novo ministro da Secom, Sidônio Palmeira, e pelo secretário de Imprensa da Secom, Laércio Portela, antes do evento de sanção do projeto da regulamentação da reforma tributária.

O chefe do Executivo demitiu Brunna Rosa, que tem grande proximidade com a primeira-dama Rosângela da Silva, conhecida como Janja. A primeira-dama, porém, queria que ela fosse realocada para um cargo na cúpula da Empresa Brasil de

Comunicação (EBC), mas a ideia não agradou a Sidônio. A tendência é que tanto ela quanto Priscila Calaf, diretora do Departamento de Canais Digitais da Secretaria de Redes, passem a ser ligadas ao gabinete de Lula, onde ficarão na equipe de Janja.

Mariah Queiroz trabalhou com as redes sociais do prefeito reeleito do Recife, João Campos (PSB), e deve ser nomeada hoje. A avaliação do Palácio do Planalto é de que o prefeito soube utilizar bem as redes sociais na campanha de 2024. João Campos é o prefeito de capital mais popular no Instagram.

Ele se reuniu ontem com Lula no Palácio do Planalto. O encontro durou cerca de 30 minutos e teve como objetivo tratar da estratégia

de comunicação digital utilizada pelo prefeito. Um dos focos da nova Secom, além de reformular a comunicação do governo, é deixar a gestão do petista mais popular visando à eleição de 2026.

A Secom está atualmente em período de transição entre a equipe liderada pelo ex-ministro Paulo Pimenta e Sidônio. As equipes estão se reunindo para alinhar os trabalhos, e a previsão é que a transição dure até o fim do mês.

No ano passado, Lula tentou articular um nome para compor como vice na chapa do prefeito, que disputava a reeleição, mas não teve sucesso. O presidente teceu diversos elogios a João Campos. “Com essa idade, ele tem um futuro político excepcional e sabe que tem que trabalhar

e fazer as coisas corretas”, disse o petista em abril.

A relação de João Campos com o PT é conturbada. Em 2020, ele foi para o segundo turno contra a prima Marília Arraes, que era filiada ao partido e hoje está no Solidariedade, e adotou discurso fortemente antipetista. Em um debate, disse que nem sequer era possível contar nos dedos das mãos o número de petistas condenados à corrupção e que não aceitaria indicações políticas do PT em seu governo.

A promessa foi descumprida no início de 2023, quando o partido indicou dois secretários na prefeitura de Recife. Antes disso, Campos já havia se reaproximado da legenda ao apoiar a candidatura presidencial de Lula em 2022.